



DEPARTAMENTO DE LETRAS  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM LETRAS

**GEANE KARLA DE AMORIM**

**PRECONCEITO LINGUÍSTICO: UMA BREVE DISCUSSÃO ACERCA DA  
PROBLEMÁTICA DA DIVERSIDADE LINGUÍSTICA NO ÂMBITO ESCOLAR**

GUARABIRA-PB  
2011

GEANE KARLA DE AMORIM

**PRECONCEITO LINGUÍSTICO: UMA BREVE DISCUSSÃO ACERCA DA  
PROBLEMÁTICA DA DIVERSIDADE LINGUÍSTICA NO ÂMBITO ESCOLAR**

Artigo científico apresentado à Universidade Estadual da Paraíba – Campus III, em cumprimento aos requisitos para obtenção do grau de licenciada em Letras, sob a orientação do Professor Ms. Fábio Pessoa da Silva

GUARABIRA-PB  
2011

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL DE  
GUARABIRA/UEPB

A524p

Amorim, Geane Karla de

Preconceito linguístico: uma breve discussão acerca da problemática da diversidade linguística no âmbito escolar / Geane Karla Amorim. – Guarabira: UEPB, 2011. 22f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras) – Universidade Estadual da Paraíba.

“Orientação Prof. Ms. Fábio Pessoa da Silva”.

1. Preconceito Linguístico      2. Variação Linguística  
3. Escola                              I. Título

22.ed. 306.44

**GEANE KARLA DE AMORIM**

**PRECONCEITO LINGUÍSTICO: UMA BREVE DISCUSSÃO ACERCA DA  
PROBLEMÁTICA DA DIVERSIDADE LINGUÍSTICA NO ÂMBITO ESCOLAR**

Artigo científico apresentado à Universidade Estadual da Paraíba – Campus III, em cumprimento aos requisitos para obtenção do grau de licenciada em Letras, sob a orientação do Professor Ms. Fábio Pessoa da Silva

Aprovado em 01 de Dezembro de 2011

**COMISSÃO EXAMINADORA**

*Fábio Pessoa da Silva*

---

Prof. Ms. Fábio Pessoa da Silva – UEPB  
(Primeiro Membro - Orientador)

*Luana Francisleyde P. de Farias*

---

Profa. Ms. Luana Francisleyde P. de Farias – UEPB  
(Segundo Membro – professor (a) convidado (a))

*João Paulo da S. Fernandes*

---

Prof. Ms. João Paulo da Silva Fernandes - UEPB  
(Terceiro Membro – professor (a) convidado (a))

GUARABIRA-PB  
2011

## **PRECONCEITO LINGUÍSTICO: UMA BREVE DISCUSSÃO ACERCA DA PROBLEMÁTICA DA DIVERSIDADE LINGUÍSTICA NO ÂMBITO ESCOLAR**

Geane Karla de Amorim (Graduanda do curso de Letras)

E-mail: geanekarla\_09@hotmail.com

Orientador: Prof. Ms. Fábio Pessoa da Silva – UEPB

### **RESUMO**

Sabemos que a língua é um sistema que está em pleno processo de transformação; com isso, podemos observar a grande capacidade de variação que ela possui. Essas variações pertinentes à língua têm sido motivo de resistência e preconceito por alguns setores da sociedade. Logo, o presente artigo foi desenvolvido com o objetivo de analisar, tendo a variação linguística como instrumento de estudo, a questão do preconceito linguístico aliado ao preconceito social, e ainda se (e como) a escola dissemina a exclusão daqueles cujas práticas sociais e linguísticas não correspondem à cultura dominante em nossa sociedade. Desta forma, este trabalho tem como base uma reflexão crítica sobre a questão do “certo” e do “errado” na língua portuguesa brasileira, cumprindo o papel de informar a todos os educandos e educadores para ingressarem contra todo tipo de preconceito, seja ele de caráter linguístico ou social. Este trabalho é resultado de uma pesquisa de revisão bibliográfica, embasamo-nos principalmente nos estudos realizados por Bagno (2003; 2006), Bortoni-Ricardo (2004; 2005), Geraldi (1985; 2002) e Gnerre (1998), trazendo reflexões acerca das relações entre escola, língua padrão e não padrão, variação linguística e exclusão social, em uma perspectiva de pensar um modo de levar os educadores a observarem de forma mais atenta a relação da escola com as questões da desigualdade social e da discriminação por meio da língua. Buscamos, portanto, que a escola e todas as demais instituições voltadas para a educação, passem a reconhecer a diversidade linguística de nosso país para melhor planejarem suas políticas de ação junto à população excluída dos falantes das variedades não padrão.

**Palavras-chave:** Escola. Variação linguística. Preconceito linguístico. Preconceito social.

## 1 INTRODUÇÃO

O propósito de desenvolver este trabalho surgiu diante de uma necessidade de discutirmos a questão do preconceito linguístico vinculado ao preconceito social. Para isso, faz-se necessário um estudo sobre as variações linguísticas e, sobretudo, uma análise sobre a questão do preconceito social atuando com pano de fundo no preconceito linguístico no âmbito escolar. Teremos por princípios não aceitar as ideias e atitudes equivocadas que ainda perduram na sociedade, fazendo com que o preconceito se difunda, impedindo, assim, a livre manifestação e comunicação linguística.

O estudo dos fenômenos das variações da língua é válido para que tenhamos um melhor entendimento da forma com que ocorre o preconceito sociolinguístico, pois entendemos que este é fruto das relações humanas. Teremos como objetivo, neste artigo, apontar algumas variações existentes na língua, assim como também alguns conceitos e exemplos de preconceito linguístico. Abordamos principalmente o preconceito linguístico como um possível causador do preconceito social nas escolas, e como as instituições escolares e os docentes que delas fazem parte estão lidando com esse fenômeno numa esfera social e pedagógica.

O domínio da variante padrão da língua tem sido, desde os primórdios da civilização humana, eficiente ferramenta de dominação utilizada pelas classes mais favorecidas econômica e politicamente, em detrimento daquelas que ocupam a larga base da pirâmide social. Ocorre, também, que os estabelecimentos escolares, pertencentes à esfera pública ou privada tratam as modalidades linguísticas diferentes da norma padrão com extremo preconceito, atitude que se estende aos usuários de tais variantes.

Sabemos o quanto é complicado dissertar sobre a língua, não somente por motivos de sintaxe ou aspectos fonéticos, mas por se tratar de um tema que serve a interesses, assim, como explica Bagno, (2003, p.9) quando afirma que, “tratar da língua é tratar de um tema político”. Dessa forma, entendemos que falar da língua e, sobretudo, denunciar o preconceito, implicam em interesses tanto políticos quanto daqueles que perpetuam a discriminação e a exclusão, utilizando-se da língua como instrumento para tal. Para tornar mais clara essa discussão, Gnerre (1998, p.06) enfatiza que “uma variedade linguística “vale” o que “valem” na sociedade os seus

falantes, isto é, vale como reflexo do poder e da autoridade que eles têm nas relações econômicas e sociais.”

Para os professores de língua portuguesa, é muito importante estudarmos a variedade linguística existente em nosso país para nos livrarmos principalmente do preconceito social gerado por ela nas escolas. Dessa forma, discutimos neste artigo a necessidade de despertar o discernimento crítico na sociedade, e, mais especificamente, na escola, a fim de minimizar o preconceito linguístico e social existentes nas mesmas.

Quando analisamos essas variações linguísticas no contexto escolar, verificamos na maioria dos casos, uma falta de conhecimento por parte de alguns educadores em como lidar com a diversidade linguística que seus educandos possuem ao chegarem à escola. Pois, na escolar, o ensino do português tende a enfatizar o ensino da gramática tradicional, priorizando o uso da norma culta, no entanto, esse sistema de ensino acarreta alguns problemas, pois a língua constitui um elemento não estático, estando em processo contínuo de mudanças, refletido na fala dos sujeitos que fazem uso dessa linguagem, enquanto produtores verbais.

Por tudo isso, o artigo se justifica ainda por possibilitar estudos e junções de olhares a respeito da variabilidade linguística, suas funções sociais e o uso das normas consideradas não padrão em sala de aula.

Assim, faz-se necessária a reflexão sobre práticas que reconheçam e valorizem a alteridade linguística, para que seja mantido o direito de todos à expressão e à aquisição das habilidades de domínio linguístico necessárias à inserção social, de modo que, finalmente, possamos ouvir todas as vozes.

O presente trabalho é o resultado de uma pesquisa de cunho bibliográfico, pautado principalmente nos estudos realizados por Bagno (2003; 2006), Bortoni-Ricardo (2004; 2005), Geraldi (1985; 2002) e Gnerre (1998). A partir das colocações desses autores, trazemos reflexões, principalmente, acerca das relações entre escola, língua padrão e não padrão. Este estudo está dividido em cinco pontos, distribuídos da seguinte maneira:

Inicialmente tratamos do estudo em questão, expondo na presente introdução uma explanação inicial do aporte teórico. Pontuando a problemática, a justificativa, e a metodologia do trabalho.

O segundo ponto apresenta uma discussão dos principais fatores relacionados às variações encontradas na língua.

No terceiro ponto, formulamos uma discussão a respeito do preconceito linguístico servindo como camuflagem para um preconceito de caráter social.

No quarto ponto, procuramos entender qual o papel da escola em compreender a realidade linguística, com suas contradições e variedades. E como a mesma lida com o preconceito gerado por essa diversidade linguística.

E para finalizar, apresentamos algumas considerações e sugestões acerca do tema estudado.

## **2 ANÁLISE DA VARIABILIDADE DA LÍNGUA**

A língua constitui um objeto de estudo que se encontra em constante mudança através dos tempos, sejam elas, de aspectos morfológicos, sintáticos, semânticos e fonológicos, além de ser também um fator social, pois sofre grandes influências externas, pelo seu maior modificador, o indivíduo.

Fatores sociais estão intimamente relacionados às variações encontradas na língua, podendo ser de natureza regional, nível instrucional, entre outros. A língua, enquanto fator social, é um fenômeno ao mesmo tempo dinâmico e conservador. É conservador, porque necessita manter certo grau de uniformidade para permitir a comunicação em uma dada comunidade linguística; é dinâmico, porque se modifica com o tempo, estando também sujeito às influências regionais, sociais e estilísticas responsáveis pelos processos de variação linguística, como explica Preti (1994).

Para desenvolver este trabalho, levamos em consideração tais fatores, pois em um país como o nosso, tão heterogêneo, fica inviável analisar qualquer fato relacionado à língua deixando de considerar esses aspectos. Entendemos que a variação é um processo natural que ocorre em cada falante, é uma ilusão pensar que o português constitui uma realidade de homogeneidade linguística. Podemos classificar basicamente dois tipos de variações: Variação Geográfica ou Regional e Variação Social.

- A variação geográfica ou regional refere-se às diferenças lexicais (de vocabulário), fonológicas (de pronúncia ou “sotaque”) e/ou sintáticas (referentes à construção gramatical das frases), observadas entre

falantes de diferentes regiões geográficas que utilizam a mesma língua;

- A variação social diz respeito às diferenças observadas na linguagem de diversos grupos sociais, os quais podem ser constituídos por critérios variados, tais como: classe social, grau de instrução, idade, sexo, etnia, profissão e outros. Com relação à influência da posição social e do grau de instrução, fatores esses que em geral se apresentam juntos.

Sujeito ao fenômeno da variação, próprio a todas as línguas, o português brasileiro apresenta diversidade interna e externa correlacionada ao espaço geográfico, ao estrato sociocultural, à faixa etária e ao sexo próprio de cada falante. “Existe um fenômeno chamado variação, isto é, nenhuma língua é falada do mesmo jeito em todos os lugares, assim como nem todas as pessoas falam a própria língua de modo idêntico”. (BAGNO, 2003, p. 52).

É necessário entender que a variação é um requisito ou condição do próprio sistema linguístico, pois, não há quem fale a mesma língua de forma idêntica em todas as ocasiões e, sobretudo, a língua está sujeita a improvisos e modificações. De acordo com Bortoni-Ricardo (2005, p. 23), isso acontece, porque “os falantes usam esses recursos de variação da língua para enfatizar sua identidade, alternando-os com traços equivalentes da norma-padrão quando as circunstâncias o exigem”.

Ainda segundo Bortoni-Ricardo (2005, p. 28), “o falante ajusta sua linguagem, variando de um estilo cerimonioso, a fim de se acomodar aos tipos específicos de situações”. Essa variação estilística refere-se às diferenças observadas na fala de um mesmo indivíduo, de acordo com a situação em que ele se encontra, ou seja, são diferenças linguísticas determinadas pelas condições extraverbais que cercam o ato de fala, como, por exemplo, o assunto tratado, o tipo de ouvinte, a relação entre os interlocutores, o estado emocional do falante, o grau de formalidade do discurso. Assim, de acordo com a situação, o indivíduo “escolhe” o tipo de linguagem que julga mais conveniente.

Lidar com diversas formas de falar é uma das maiores dificuldades vivenciada na sociedade comunicativa. Essas formas que não correspondem a uma norma padrão, na maioria das vezes, não são aceitas, tendo em vista que elas são

consideradas inadequadas ao uso. Dessa forma, adquirem uma postura preconceituosa e a sua não validação, em diversos contextos de uso.

Vemos, então, que um dos grandes empecilhos aos impositores da norma padrão é não respeitar as variedades linguísticas como instrumento de uso natural de falantes. Nesse sentido, não se permite a olhar a língua quanto a seu aspecto geográfico e social, pois, é principalmente a partir desses dois aspectos que passamos a identificar as mais diversas formas de variações.

O que devemos levar sempre em consideração é que as diversas formas de falar a língua, ou seja, os vários tipos de variações são resultantes das diferentes maneiras de ser e de viver das pessoas e, assim sendo, é bom lembrarmos que a língua deve ser percebida como um instrumento de identidade do nosso povo, e não usada para subestimar a capacidade do falante brasileiro que, até então, tem recebido muitos “títulos” desagradáveis, gerando também alguns mitos, um dos quais Bagno (2003, p.20) chama de mito nº 2, onde ele diz que “brasileiro não sabe falar português / Só em Portugal se fala bem o português”, mito esse que tende ainda mais a desvalorizar a língua brasileira e seus falantes.

Cada variante da língua tem suas características próprias. Assim, toda língua viva do mundo apresenta o fenômeno da variação: a língua é falada de diferentes formas, segundo uma série de fatores sociais: se o falante é homem ou mulher, se vive no campo ou na cidade, se é da região Sul ou Nordeste, se é jovem ou velho, se é rico ou pobre, se estudou muito, pouco ou nada. O que muda nisso tudo é que o acesso às boas condições de ensino vai permitir, simplesmente, que a pessoa conheça as formas padronizadas e cultas da língua, sobretudo da língua escrita, pois delas fará uso em algum momento da vida e/ou contexto comunicativo adequado.

No contexto escolar inicial, faz-se necessário dar mais atenção às variantes dialetais dos alunos, uma vez que constituem seus conhecimentos internalizados. Nas instituições educacionais, o ensino de língua portuguesa está arraigado ao ensino da escrita, deixando de analisar aspectos importantes da oralidade. Faz-se relevante um estudo pautado tanto na escrita como na oralidade, pois dessa forma o educador poderá mostrar aos seus alunos, que modalidade deve ser utilizada, dependendo do contexto comunicacional em que estiver inserido. Segundo Bortoni-Ricardo (2004, p. 38):

[...] uma pedagogia que é culturalmente sensível aos saberes dos educandos está atenta às diferenças entre a cultura que eles representam e a da escola, e mostra ao professor como encontrar formas efetivas de conscientizar os educandos sobre essas diferenças. Na prática, contudo, esse comportamento é ainda problemático para os professores [...].

Partindo desse pressuposto, fica evidente que a língua apresenta uma enorme variação a qual deve ser levada em consideração, porque faz parte do repertório linguístico de cada discente. Diante dessas considerações, fica claro que alguns professores ainda não são conscientes de como trabalhar a língua materna em sala de aula.

### **3 AFINAL, O PRECONCEITO É LINGUÍSTICO OU SOCIAL?**

O preconceito linguístico surge da ideia errônea de que existe apenas um tipo de língua correta: aquela língua dicionarizada e gramaticalizada. A ideia de propriedade ou impropriedade da língua utiliza-se do padrão linguístico literário como parâmetro. Assim, todos os outros modos de expressão oral acabam por ser considerados erros.

Alguns setores da sociedade ainda lutam através da língua por uma preservação de sociedade dividida em classes, ou seja, entre pobres e ricos, sendo a língua uma das armas usadas para esse controle e alienação. Para Gnerre (1998, p. 20):

O poder das palavras é enorme, especialmente o poder de algumas palavras, talvez poucas centenas, que encerram em cada cultura, mais notadamente nas sociedades complexas como as nossas, o conjunto de crenças e valores aceitos e codificados pelas classes dominantes.

Dessa forma, podemos concordar que a sociedade brasileira é marcada por uma divisão econômica e política, onde as pessoas são divididas em grupos, de um lado os ricos e privilegiados, do outro os pobres e excluídos. Com a língua, não há muita diferença, a divisão se dá em: linguagem culta ou padrão e linguagem popular

ou não padrão. A primeira detém maior prestígio social, sendo usada pelo grupo social dominante e/ou em situações de maior formalidade, enquanto a segunda, de menor prestígio, é utilizada pelas classes populares e/ou nas situações sociais de menor formalidade. De modo geral, pode-se afirmar que a variante padrão está mais relacionada às regras da gramática tradicional e aos exemplos da língua escrita literária, que são mais conservadores, enquanto a variante popular está mais aberta às transformações da linguagem oral.

Dentre as variedades linguísticas existentes, a língua padrão é quase sempre a variedade escolhida para a escrita. Isso acontece por ser a língua padrão a língua utilizada pelo grupo social dominante. Dessa forma, o prestígio que o grupo social detém acaba sendo atribuído à sua linguagem, que passa a ser associada à escrita e a ser considerada a norma padrão. Logo, de acordo com Gnerre (1998, p. 30):

Os grupos sociais que mantêm poucos contatos com a variedade padrão da língua, que usam e produzem pouco material escrito, são mais difíceis de ser controlados, uma vez que pode faltar a eles um instrumento poderoso para determinar sua posição social relativa.

Da mesma forma, a estigmatização da linguagem popular como “incorreta” é consequência do status inferior que os seus falantes ocupam na sociedade, ou seja, a valoração linguística está baseada numa valoração social (GNERRE, 1998). Sobre isso, Bortoni-Ricardo (2005, p.26) nos dizer que:

A língua-padrão relacionada a classe ou a status é definida como a variante da fala que tem maior prestígio, independentemente do contexto que caracteriza o grupo social geralmente o de status socioeconômico e cultural mais alto.

Assim, logo entendemos que a questão do preconceito linguístico está intimamente ligada ao preconceito social. Segundo Bagno (2003), o problema do preconceito linguístico não está no que se fala, mas em quem fala o quê. O preconceito linguístico é decorrente, dessa forma, de um preconceito social. Forma-se, então, o preconceito contra a fala de determinadas classes sociais consideradas “incultas”, e também contra a fala característica de determinadas regiões. Como lembra o autor, basta observar como os nordestinos são retratados nas novelas de

televisão: de forma jocosa, considerado “um tipo grotesco, rústico, atrasado, criado, para provocar o riso, o escárnio e o deboche nos demais personagens e no espectador” (BAGNO, 2003, p. 44). A fala do nordestino é discriminada e sofre de um preconceito linguístico que, na verdade, tem mais um cunho de preconceito social, sobretudo pelo fato da região nordeste ser considerada “pobre”, “atrasada”; enquanto o sul recebe títulos bem mais agradáveis, como “politizado” e “culto”.

Logo, o preconceito linguístico acaba sendo somente uma camuflagem para um intenso preconceito social: não é a língua da pessoa que é discriminada, mas a própria pessoa em sua identidade individual e social. Seguindo esse raciocínio, Bagno (2003, p.43) esclarece que:

[...] quanto menos prestigiado socialmente é um indivíduo, quanto mais baixo ele tiver na pirâmide das classes sociais, mais erros (e erros mais “crassos”) os membros das classes privilegiadas encontram na língua dele.

A variação, então, está relacionada ao abismo social que existe em nosso país, ou seja, uma pequena parcela da sociedade com acesso ao português padrão, enquanto uma maioria de pessoas excluídas fica à mercê e distante do acesso a esse português padrão. “Não é difícil perceber que a norma culta, por diversas razões de ordem política, econômica, social e cultural, é algo reservado a poucas pessoas no Brasil” (BAGNO, 2003, p.105). Essa situação, no caso do Brasil, já é bem antiga. Segundo Bortoni-Ricardo (2005, p.36), “ao longo de toda história brasileira, o português falado pelas classes mais favorecidas tem sido a variante prestigiada em detrimento de todas as outras”.

Sabemos que falar de preconceito linguístico e apontar o preconceito social latente em suas entrelinhas não são tarefas fáceis, até por que o preconceito linguístico está arraigado na cultura de um povo, principalmente nas classes privilegiadas. Ainda não fomos capazes de nos libertar, pois muitos acreditam que a língua “certa” e “bonita” é falada na Europa, ou em Portugal. E assim tratamos o português brasileiro, o português falado pela maioria da população, com enorme descaso; acabamos por subestimar e menosprezar a língua de uma nação inteira e, acima de tudo, com isso, revelamos um profundo preconceito social.

Apesar dos estudos que vem sendo desenvolvidos, não se conferiu a devida atenção à influência da diversidade linguística no processo educacional. Essa vem

sendo desenvolvida de forma inconsistente, já que a norma culta ou padrão é a que “reina” nos bancos escolares. De acordo com Bortoni-Ricardo (2005, p.14), “o comportamento linguístico é um indicador claro da estratificação social”, pois os grupos sociais são diferenciados pelo uso da língua e assim cria-se uma série de ações de diferenciação e segregação dos sujeitos.

É preciso, portanto, que a escola e todas as demais instituições voltadas para a educação e a cultura abandonem o mito da "unidade" do português no Brasil e passem a reconhecer a verdadeira diversidade linguística de nosso país para melhor planejarem suas políticas de ação junto à população dos falantes das variedades não padrão, amplamente marginalizada.

#### **4 E O PAPEL DA ESCOLA NA (NÃO) DISSEMINAÇÃO DO PRECONCEITO LINGUÍSTICO?**

Historicamente podemos constatar que até bem pouco tempo no nosso país a variação linguística não existia como tema de ensino nas escolas, e o principal papel da mesma era, tão somente, “enquadrar” os alunos na chamada norma-padrão da língua portuguesa, aquilo que sempre foi considerado como “língua certa”. Assim, os professores limitavam (e ainda hoje limitam) as aulas de Português ao ensino da gramática normativa, como a única função de corrigir o “português errado”, além de ensinar nomenclatura gramatical e análise gramatical, descontextualizadas, sem nenhuma utilidade.

A Sociolinguística, com seus estudos sobre a heterogeneidade das línguas humanas, determinou mudanças profundas na visão do que deve ser a prática dos professores nos diversos níveis de escolaridade. Mas, hoje, ainda não há uma situação ideal. O problema está, ainda, no fato da escola preconizar a norma padrão, atribuindo-lhe uma natureza que esta não possui, que consistiria em comunicar melhor do que as variantes não padrão, alegando que ela possui valores estéticos, identitários, patrióticos superiores.

Desde o nascimento, o indivíduo traz consigo formas internalizadas da linguagem. Em síntese, a gramática da língua vai sendo aprendida naturalmente. Ela vai sendo incorporada ao conhecimento intuitivo, pelo simples fato de a pessoa estar exposta à convivência com os outros, a atividades sociais de uso da língua das conversas familiares às atuações mais tensas e formais. Ou seja, essa gramática

está inerentemente ligada à exposição da pessoa aos usos da língua. A escola virá depois, para ampliar (ANTUNES, 2007).

Quando esse sujeito é inserido no ambiente escolar, inicia-se o processo de aprendizagem da língua padrão, ensinada através das gramáticas tradicionais, a qual diverge da língua natural apreendida até então. Esse aluno iniciante, que já possuía sua "própria língua", na escola descobre que tudo o que aprendeu é considerado errado e, dessa forma, a sua identidade se perde abrindo espaço para o preconceito em relação a outros modos de falar.

Logo, quando começamos a pensar sobre essas variações linguísticas no contexto escolar, verificamos, na maioria dos casos, uma falta de conhecimentos por parte de alguns educadores em como lidar com as variações que seus educandos possuem ao chegarem à escola. O não reconhecimento, por parte desses professores quanto a essas variantes, poderá levá-los a constranger seus alunos, corrigindo-os de uma forma rígida, impondo uma normatização da língua, considerando-a como a que deve ser sempre seguida. Ignorando, assim, toda carga cultural presente em cada educando.

Dessa forma, a escola passa a ser meramente um instrumento de decodificação da língua, como bem coloca Geraldi (1985, p. 26): "a função dos agentes escolares é de reproduzir as formas dialetais dos grupos dominantes". A partir dessa afirmação, é possível constatar que a relação aluno-professor se dá de uma forma muitas vezes autoritária, contribuindo assim para o insucesso escolar. Para se ter um ensino pautado em uma conscientização sociolingüística, faz-se necessário que todos os membros inseridos nesse processo de ensino/aprendizagem compartilhem de um só pensamento, ou seja, reconhecer a existência de uma língua internalizada nos seus educando.

A esse propósito, Bortoni-Ricardo (2005, p.15) afirma que:

A escola não pode ignorar as diferenças sociolingüísticas. Os professores e, por meio deles, os alunos têm que estar bem e conscientes de que existem duas ou mais maneiras de dizer a mesma coisa. E mais, que essas formas alternativas servem a propósitos comunicativos distintos e são recebidas de maneira diferenciada pela sociedade. Algumas conferem prestígio ao falante, aumentando-lhe a credibilidade e o poder de persuasão: outras contribuem para formar-lhe uma imagem negativa, diminuindo-lhe as oportunidades. Há que se ter em conta ainda que essas reações dependem das circunstâncias que cercam a interação.

A partir daí, entendemos que a instituição escolar deve trabalhar reconhecendo a existência dessas variações, presentes na fala e, por vezes, na escrita de seus educandos.

A partir do momento em que o professor privilegia uma linha normativa, certamente, está favorecendo uma classe detentora do conhecimento linguístico dialetal e desfavorecendo a grande maioria que faz uso da “variante não padrão”. De acordo com Bortoni-Ricardo (2005, p. 15):

[...] o ensino da língua culta à grande parcela da população que tem como língua materna- do lar e da vizinhança- variedades populares da língua tem pelo menos duas conseqüências desastrosas: não são respeitados os antecedentes culturais e lingüísticos do educando, o que contribui para desenvolver nele o sentimento de insegurança, nem lhe é ensinada de forma eficiente a língua padrão.

Sabemos que a forma não padrão da língua, embora seja considerada inadequada, atende a todos os aspectos que tange à comunicação, à funcionalidade, sendo possível a interação mesmo que essa modalidade não atenda à gramática ensinada pelas escolas.

Nota-se uma extrema necessidade de conscientização dos educadores a cerca de uma maneira pedagógica alinhada ao perfil dos falantes nativos da nossa língua, compartilhando suas experiências para aceitação das variedades que cada um possui. Para tanto, Geraldi (2002, p.44) afirma que:

Cabe ao professor de língua portuguesa ter presente que as atividades de ensino deveriam oportunizar aos seus alunos o domínio de outra forma de falar, o dialeto padrão, sem que signifique a depreciação da forma de falar predominante em sua família, em seu grupo social, etc.

A gramática normativa trabalha com o conceito de normas prescritivas, que servem como diretrizes para a representação escrita da língua, sendo qualificado de “erro” o que não segue esse modelo, mesmo em termos de língua oral. Sendo assim, é imprescindível aos professores saber distinguir entre “erros” de fala no ato de comunicação e supostos “erros” provindos da variação dialetal, pois, todos os alunos comportam uma carga sócio-comunicativa bastante diversificada, à medida

que a escola é a instituição de ensino que comporta essa grande diversidade dialetal.

Nos processos de ensino/aprendizagem de língua materna, a desconsideração dos fatores linguísticos que compõem a fala significa uma atitude perversa. Eles aparecem, por exemplo, nas manifestações espontâneas dos alunos, sobre as quais deve-se desenvolver todo o trabalho docente com vistas a um aperfeiçoamento da competência linguística e, obviamente, comunicativa. Segundo Abaurre (1984), o fato da escola não considerar a língua padrão como meta a ser atingida, mas antes como parâmetro de comparação com base no qual se avaliam desempenhos considerando-os como “certos” ou “errados”, acaba por reforçar diferenças socialmente estabelecidas, ao invés de questioná-las e de favorecer a sua superação.

O reconhecimento das variantes linguísticas dos alunos por parte dos educadores é de suma importância, para que se possa transmitir de forma mais consciente a norma “padrão” tão exigida pela sociedade e obter um desenvolvimento escolar satisfatório. A partir desse contexto, qual seria o verdadeiro papel da escola no que tange o ensino da língua padrão, uma vez que constitui apenas uma codificação da escrita? A esse propósito, Bortoni-Ricardo (2005, p.16) observa que:

A nossa escola absorveu essa ideologia e não é raro que professores elejam estruturas da linguagem coloquial, de uso generalizado, no presente ou em estágios pretéritos da língua, e as combatam com veemência, o que às vezes implica distorções nas prioridades pedagógicas do ensino da língua pátria e suas manifestações literárias. A escola brasileira ocupa-se mais em reprimir do que incentivar o emprego criativo e competente do português.

Essas considerações são pertinentes ao ensino da língua, em virtude da realidade educacional que vivenciamos atualmente, em que as escolas mantêm um rígido ensino voltado para o dialeto padrão, deixando de lado aspectos importantes da funcionalidade.

Considerando tudo que já foi exposto, por outro lado, não podemos deixar de reconhecer que os falantes que fazem uso da modalidade coloquial não podem, de forma alguma, deixar de conhecer a forma padrão da língua, uma vez que o não reconhecimento dessa modalidade acarretará uma exclusão social. Pois, não se trata, simplesmente, de deixar os alunos das classes populares utilizarem suas

variedades linguísticas, sem introduzi-los ao uso da norma-padrão. A função da escola é, sobretudo, ajudar o aluno a compreender a realidade com suas contradições e variedades, compreender a estrutura, o funcionamento, as funções da língua – instrumento de comunicação, mas também de poder, de constituição da identidade individual e coletiva, de manutenção da coesão social do grupo etc. –, com todas as suas variedades, sociais, regionais e situacionais.

Sabemos que essa não é uma tarefa muito fácil, como bem expõe Bortoni-Ricardo (2005, p. 14), “a escola é norteada para ensinar a língua da cultura dominante: tudo o que se afasta desse código é defeituoso e deve ser eliminado”.

É observável que a escola é um espaço muito estratificado, porque a diversidade dos alunos é bastante acentuada, já que há uma enorme variação em relação aos valores étnicos, sociais, econômicos, culturais e regionais. Portanto, a escola tem o importante papel de ajudar o aluno a compreender a sua realidade linguística com suas contradições e variedades, a estrutura e o funcionamento da língua com suas variantes sociais, regionais e situacionais.

Por isso, para rompermos de modo definitivo com essa imposição linguística estipulada pela escola, é necessário que todos os membros inclusos nesse ambiente de ensino-aprendizagem da língua materna compartilhem do mesmo propósito defendido pela sociolinguística, ou seja, conhecer e respeitar as variações dialetais dos alunos.

De acordo com Soares (2005, p. 31), todos os sujeitos sociais carregam dentro de si “um conjunto de habilidades e conhecimentos linguísticos e psicológicos muitos diferentes”. Essa afirmação deixa claro o quanto o indivíduo é heterogêneo, e por isso a necessidade de respeitar e trabalhar essas diversidades individualmente, seja na escola ou no convívio social.

A escola precisa apreender que o aluno chega até lá falando o português de sua comunidade, que, na maioria das vezes, é uma variedade não padrão, e que seu papel educacional é de acrescentar e não de substituir a norma culta da língua ao processo de construção de saberes da criança.

O profissional da educação tem que saber reconhecer os fenômenos linguísticos que ocorrem em sala de aula, reconhecer o perfil sociolinguístico de seus alunos para, junto com eles, empreender uma educação em língua materna que leve em conta o grande saber linguístico prévio dos aprendizes e que possibilite a ampliação incessante do seu repertório verbal e de sua competência comunicativa,

na construção de relações sociais permeadas pela linguagem cada vez mais democráticas e não-discriminadoras.

O objetivo maior do ensino é preparar o cidadão conhecedor de toda a riqueza linguística presente nas diversas variedades que compõem o português do Brasil, privilegiando não apenas uma modalidade linguística, mas procurando a valorização da linguagem como um todo.

## **5 PARA FINALIZAR, ALGUMAS CONSIDERAÇÕES E SUGESTÕES**

O presente artigo teve como abordagem principal as variações linguísticas, apresentando suas diferenças no campo social e geográfico, como também no campo ocasional. Desenvolvemos uma reflexão teórica sobre a questão do preconceito linguístico, como ele se dá e, conseqüentemente, como podemos compreender o preconceito social a ele relacionado, principalmente no que concerne ao âmbito escolar e às práticas didáticas e pedagógicas dos educadores.

Quando falamos do preconceito linguístico e, sobretudo social, é por que percebemos o quanto o povo brasileiro é menosprezado acerca de sua fala, e alguns gramáticos fazem isso sem um mínimo de responsabilidade, tratando a língua na maioria de suas gramáticas como homogênea e instrumento de uso apenas para pessoas cultas. Observemos bem o que Paschoal (1990 *apud* BAGNO 2003, p. 65), diz em sua novíssima gramática, “este livro pretende ser uma gramática normativa da língua portuguesa do Brasil, conforme a falam e escrevem as pessoas cultas na época atual”.

Na verdade, os preconceitos servem a interesses e acabar com eles (os preconceitos) é estar prejudicando os interesses daqueles que exercem a discriminação, a exclusão e a divisão de classes. O preconceito linguístico/social acaba sendo mais um instrumento de poder e dominação, sobretudo, serve como uma arma para aqueles que tentam manter o domínio em suas mãos, afinal, controlar a fala do outro proporciona uma grande sensação de poder e domínio.

Na prática escolar, isso acontece quando vemos que a escola acaba muitas vezes tratando a linguagem apenas como um conjunto de regras e exceções e dá à língua padrão primazia sobre as variedades lingüísticas de seus educandos. É neste ponto que a escola torna-se excludente, pois a grande parte de seus alunos não tem acesso à variedade considerada padrão. Conseqüentemente, a escola que deveria

ser um espaço de interação social, onde todos tivessem acesso à informação e ao conhecimento, privilegia as classes dominantes, contribuindo para essa divisão social. Neves (2003, p. 68), citando Mattos e Silva, nos diz que a escola não é mais do que

[...] um instrumento de reprodução da sociedade em que está inserida, como tão bem demonstram Bourdieu e Passeron (1982), e o privilégio de um padrão normativizador, segundo a variante socialmente dominante, é uma poderosa peça dessa engrenagem ideológica.

A variedade linguística do aluno deve ser valorizada e respeitada, jamais excluída ou considerada inferior. Ao professor compete mostrar que há uma variedade linguística de maior prestígio social, que também deve ser estudada para que o educando possa participar ativa e criticamente nas relações sociais, mas deve deixar claro que esta variedade não deve substituir a variedade que cada um traz consigo. Ainda conforme Neves (2003, p. 94), “todas as modalidades têm de ser valorizadas (falada e escrita, padrão e não-padrão), o que, em última análise, significa que todas as práticas discursivas devem ter o seu valor na escola”. Mas a escola deve oferecer o “bom exercício da língua escrita e da norma-padrão”, para que todos tenham condições iguais de compreender o mundo que nos cerca, para que ninguém se sinta incapaz de compreender o que é dito ou escrito nas mais variadas situações do dia a dia, assim, as diferenças dialetais não servirão como meio de exclusão social.

Com tudo isso, devemos mostrar aos educadores uma maneira mais produtiva de lidar com o preconceito linguístico em sala de aula, buscando valorizar não só a variante padrão, bem como as demais variantes da língua portuguesa. Cabe aos professores abordar de forma clara e questionar, sempre que necessário as formas empregadas nas gramáticas normativas, devem ser pesquisadores das regras contidas nela e ser, até mesmo, um crítico das mesmas.

Sendo assim, torna-se importante que os educadores tenham maior acesso aos conhecimentos fornecidos pela abordagem sociolinguística do ensino da língua materna, de modo a possibilitar aos seus alunos uma aprendizagem mais efetiva da língua padrão falada e escrita, sem desvalorizar ou negar sua linguagem espontânea. Tal prática se justifica, uma vez que a linguagem constitui um dos mais poderosos instrumentos de ação e transformação social, sendo a aquisição da

norma-padrão fundamental para o exercício da cidadania. Por isso, é necessário que os educadores desenvolvam não apenas sua competência técnica, mas também seu compromisso político, no sentido de poderem fazer uma opção mais consciente com relação aos objetivos da sua prática pedagógica.

Dessa forma, somos intimados a ingressar contra toda e qualquer forma de preconceito, principalmente, quando observamos esse preconceito servindo como camuflagem para um preconceito social. Não podemos mais permitir que discursos onde menosprezam, discriminem e ridicularizem a língua, ou a variedade da língua sejam empregados. Permitir isso, equivale a aceitar que o ser humano seja menosprezado, ridicularizado, e discriminado. É necessário que levemos em conta as diferenças sociais que esse país vive, é importante que antes de qualquer julgamento preconceituoso, lembremos que vivemos num contexto social onde é separado por duas únicas classes, e que cada uma devolve a sociedade aquilo o que é dado, nesse caso, as variações que hoje muitos se atrevem a julgar como “certo” e “errado”, não passam de um fenômeno natural e resultante do ter ou não oportunidade de apreender a norma culta ensinada nas escolas, principalmente a forma escrita. Bortoni-Ricardo (2005, p.15) complementa: “[...] A escola não pode ignorar as diferenças sociolinguísticas. [...] O caminho para uma democracia é a distribuição justa de bens culturais, entre os quais a língua é o mais importante.”

Concluimos dizendo que, por todos esses motivos e razões, não podemos mais aceitar e permitir a ideia de que o português é apenas a norma culta, a nossa língua está sujeita a todas as variações e registros linguísticos das diferentes regiões de nosso país. A norma culta é a língua exigida nas escolas, a modalidade exigida nos documentos oficiais, nas constituições e leis, nos livros didáticos, etc., por isso é necessário sabê-la, porém não pode ser considerada a única aceitável. Nossa língua é mais que isso. São todos os falares de um povo. Por isso, não podemos sair por aí “corrigindo” as pessoas em nome da norma culta ou do bom português ou do bom uso da língua. Todos os usos da língua são bons e desejáveis desde que se comuniquem e sejam bem usados nas diferentes situações do dia a dia.

## ABSTRACT

We know that the language is a system that this in full process of transformation; with this, we can observe the great capacity of variation that it possesss. These pertinent variations to the language have been reason of resistance and preconception for some sectors of the society. Soon, the present article was developed with the objective to analyze, having the linguistic variation as study instrument, the question of the linguistic preconception ally to the social preconception, and still if (and as) the school spreads the exclusion of those whose practical social and linguistics they do not correspond to the dominant culture in our society. In such a way, this work it of linguistic or social character has as base a critical reflection on the question of “the certain” and “wrong” of in the Brazilian Portuguese language, fulfilling the paper to inform to all the students and educators to enter against all type of preconception, either. This work is resulted of a research of bibliographical revision, is based mainly in the studies carried through for Bagno (2003; 2006), Bortoni-Ricardo (2004; 2005), Geraldi (1985; 2002) and Gnerre (1998), bringing reflections concerning the relations between school, language standard and not standard, linguistic variation and social exclusion, in a perspective to think a way to take the educators to observe of more intent form the relation of the school with the questions of the social inaquality and the discrimination by means of the language. We search, therefore, that the school and all the too much institutions directed toward the education, start to recognize the linguistic diversity of our country better to plan its politics of action next to the excluded population of the speakers of the varieties not standard.

Key Words: School. Linguistic variation. Linguistic preconception. Social preconception.

## REFERÊNCIAS

- ABAUURRE, M. B. Regionalismo linguístico e a contradição da alfabetização no intervalo. *Seminário Multidisciplinar de Alfabetização*. Brasília: Inep, 1984. p. 13-18.
- ANTUNES, Irandé. *Muito Além da Gramática*, por um ensino de línguas sem pedras no caminho. São Paulo: Parábola, 2007.
- BAGNO, Marcos. . *Nada na língua é por acaso* - Artigo publicado na revista "Presença Pedagógica", de setembro de 2006. Disponível em: [http://www.fae.ufmg.br/Ceale/menu\\_superior/publicacoes/textos/linguagem\\_educacao/list\\_objects\\_template?local=menu\\_superior/publicacoes/textos/linguagem\\_educacao](http://www.fae.ufmg.br/Ceale/menu_superior/publicacoes/textos/linguagem_educacao/list_objects_template?local=menu_superior/publicacoes/textos/linguagem_educacao). Acessado em 13/06/08.
- BAGNO, Marcos. *Preconceito Linguístico: O que é, como se faz*. 25ª ed. São Paulo: Loyola, 2003a.
- BAGNO, Marcos. *A norma oculta: língua & poder na sociedade brasileira*. 7ª Ed. São Paulo: Parábola, 2003b.
- BORTONI-RICARDO, S. M. *Educação em Língua Materna: a sociolinguística na sala de aula*. São Paulo: Parábola, 2004.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Nós chegemos na escola, e agora?: Sociolinguística & Educação*. São Paulo: Parábola, 2005.
- GERALDI, João Wanderley. *A linguística e o Ensino da língua materna*. In: o texto na sala de aula. São Paulo: Ática, 1985.
- GERALDI, João. Wanderley. (Org.) *O texto na sala de aula*. 3. ed. São Paulo: Ática, 2002.
- GNERRE, Maurizio. *Linguagem escrita e poder*. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- ILARI, Rodolfo. *A linguística e o ensino da língua portuguesa*. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *Que gramática ensinar na escola?* São Paulo: Contexto, 2003.
- PRETI, D. *Sociolinguística: Os níveis de fala*. São Paulo: Edusp, 1994.
- SOARES, M. B. *Alfabetização e Letramento*. São Paulo: Contexto, 2005.
- TERRA, Ernani. *Linguagem, língua e fala*. São Paulo: Scipione, 1997.